

Contribuição do Núcleo do Paraná ao 13º Congresso da ASSIBGE/SN

A política sindical da ASSIBGE/SN têm, entre suas características principais, a busca por articular duas principais frentes de lutas: 1) a defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores do IBGE, como, por exemplo, melhores salários, melhores condições de trabalho, concursos públicos e a resistência contra a precarização do trabalho; 2) uma preocupação mais institucional, de defesa do IBGE como um órgão estratégico para o Estado brasileiro e, a partir daí, construir uma ponte mais ampla com a sociedade brasileira. A combinação destes dois pilares preservou a entidade de cair na armadilha de se limitar exclusivamente à pauta corporativa (salários, carreira, etc.), ao mesmo tempo em que buscava, pela luta sindical mais “tradicional” preservar a autonomia do IBGE diante de todos os governos.

Nos últimos anos, a greve de 2014 foi um marco histórico do potencial político desta articulação. Havendo passado apenas dois anos da greve de 2012, em que obtivemos conquistas importantes de melhores condições salariais, a greve de 2014 foi estimulada pela crise institucional derivada das decisões autoritárias da direção do órgão em relação à PNAD Contínua e foi capaz de incluir em sua mobilização a adesão inédita dos trabalhadores temporários ao movimento paredista. De maneira audaciosa, a pauta da greve 2014 combinava a luta contra precarização do trabalho com a luta por democracia interna, demonstrando que a crise institucional provocada por decisões de cúpula do órgão poderia ter uma saída mais ampla e democrática se ouvisse o que o conjunto dos trabalhadores do IBGE tinham para falar.

O potencial mobilizador da greve foi sentido pela direção do órgão antes mesmo de ela começar, como ficou evidente na ação judicial que a procuradoria do IBGE impetrou quando recebeu a notificação de greve. O corte de ponto, o desconto de salário, as ameaças foram atitudes adotadas e progressivamente intensificadas durante a greve, mas a categoria resistiu com bastante firmeza. Até que a direção decidiu atingir os trabalhadores temporários, primeiro ameaçando e, depois, efetivamente demitindo quase 200 trabalhadores simplesmente por terem aderido à greve. Este golpe baixo da direção expôs para todos como a precarização do trabalho “serve” para o exercício mais perverso do autoritarismo.

A demissão dos trabalhadores temporários grevistas foi um duro golpe no movimento sindical do IBGE. A estratégia radical da direção do órgão de exibir as demissões como “exemplo” para o conjunto dos trabalhadores temporários surtiu efeito e, somado à implosão do GT sobre o trabalho temporário por parte da direção, tornou-se cada vez mais difícil para o sindicato engajá-los na luta contra a precarização. As restrições à participação dos trabalhadores temporários em qualquer espaço institucional ou sindical de tomada de decisões coletivas no IBGE são cada vez maiores ao mesmo tempo em que eles se converteram em maioria da força de trabalho na maior parte das Unidades Estaduais. A importância dos trabalhadores temporários para o IBGE não se vê refletida em melhores condições contratuais, salariais e de liberdade de atuação política. O IBGE é responsável pela medição dos indicadores de “trabalho decente” da ONU no Brasil, mas internamente é um laboratório de condições indecentes de trabalho.

De outro lado, no plano da luta institucional, buscamos implementar o novo plano de carreiras também como estratégia para fortalecimento da autonomia e independência do IBGE. A eliminação de brechas legais via simplificação dos cargos/carreiras e elevação do patamar remuneratório trariam como conquistas também um reconhecimento oficial da importância estratégica do órgão na estrutura do Estado. Contudo, o começo das tratativas com o governo federal coincidiu com a adoção da política de ajuste fiscal pelo segundo governo Dilma (2015), com a intensificação da crise política que levaria ao golpe de 2016, com a intensificação da agenda liberal e o conturbado governo Temer. Associada à crise econômica, a conjuntura adversa impediu que se abrisse efetivamente a janela para a reestruturação de carreira, que foi fechada momentaneamente pelo governo Bolsonaro.

Fizemos esta recapitulação sumarizada dos últimos anos para destacar como a greve de 2014 foi um momento crucial, pois, ao mesmo tempo, sinalizou a potencialidade política que abriga a estratégia de articulação da luta contra a precarização do trabalho e a luta institucional. Contudo, o desfecho da greve (especialmente as demissões dos trabalhadores temporários) e o “fechamento” da conjuntura para a pauta da reestruturação de carreira estreitaram o escopo em que a estratégia da ASSIBGE/SN se construía.

A estes condicionamentos se soma ainda o intenso ataque à credibilidade do órgão pelo governo Temer e pelo governo Bolsonaro. De lá para cá, assistimos à política de indicação de pessoas de fora do IBGE para dirigi-lo, o questionamento dos resultados e das metodologias das pesquisas, o cancelamento da Contagem da População, os cortes nos Censos Agropecuário 2017 e Demográfico 2020, a tentativa de criação de um Conselho Superior que reduziria a autonomia e a independência do órgão em relação ao governo, a exoneração de diretores que discordam da condução dos assuntos internos. Tudo isso constitui um ataque frontal à autonomia do IBGE e demandou do sindicato um esforço enorme em articular a defesa da instituição, ocupando parte significativa das estratégias de luta. O eixo institucional da estratégia sindical acabou se tornando maior do que o dos interesses mais imediatos. Não porque assim desejava a direção sindical, mas porque o endurecimento da conjuntura praticamente “fechou” as possibilidades de ganhos mais imediatos.

Ocorre que houve também uma aposta sindical de que a pauta institucional seria capaz de galvanizar o conjunto da categoria para a mobilização política com o objetivo de avançar no debate interno. Para isso, as articulações “para fora” do IBGE – com outros setores do funcionalismo, com as universidades, institutos de pesquisa etc. – seriam fundamentais para agitar a identidade “ibegeana” em defesa, no fim das contas, do seu próprio trabalho, que vinha sendo descredibilizado publicamente por autoridades políticas. Na ausência de espaços internos de discussão institucional, procurou-se pautar o IBGE no debate público com a esperança, dentre outras, de mobilizar o descontentamento do conjunto da categoria para as necessidades de mobilização. Daí a importância do II Congresso Democrático sobre o IBGE, a riqueza do debate lá realizado e a consciência de saber que há apoio externo à defesa da instituição.

Contudo, o que estamos percebendo é que o potencial do eixo da “defesa institucional” como galvanizadora da mobilização sindical está em seu limite. Diante de uma categoria composta por praticamente uma maioria de trabalhadores temporários, 33% dos concursados podendo pedir aposentadoria e a ausência perspectiva de reposição por concurso público, fica extremamente complicado que o apelo à “sensação de pertencimento” à instituição funcione como gatilho mobilizador. Nestes últimos anos, em que se intensificou o debate institucional promovido e estimulado pelo sindicato, não conseguimos impor limites ao avanço da precarização e, mesmo com ataques mais graves à credibilidade do IBGE, não logramos reagir com a força demonstrada, por exemplo, na greve de 2014.

Esta situação nos faz refletir sobre a necessidade recalibrar a estratégia da política sindical, procurando fortalecer o eixo das reivindicações mais relacionadas ao cotidiano do trabalho, às condições em que se trabalha, às questões de remuneração direta e indireta, aos riscos ao regime jurídico único e à estabilidade, ao combate mais direto à precarização pela rearticulação da participação dos trabalhadores temporários na mobilização. A ideia não é abandonar ou enfraquecer o debate sobre a instituição, mas é, pelo contrário, procurar, pelo fortalecimento de pautas mais “concretas”, construir a mobilização que possa servir como patamar mais elevado para que o debate institucional possa ter força para avançar.

Isso implicaria ao sindicato um esforço significativo de “escuta das bases”, de uma paciente estratégia de conformação de “consensos mínimos progressivos” a partir do diálogo entre reivindicações imediatas e suas consequências de longo prazo para sustentabilidade da estratégia. Neste sentido, a realização de espaços de discussão abertos em que as pessoas seriam convidadas a dar sua opinião sobre questões do cotidiano do trabalho seriam importantes momentos para que os representantes sindicais pudessem colaborar com a problematização de como essas questões singulares estão relacionadas com questões mais gerais. Isso demandaria um investimento em capacitação política de militantes para lidar com exigências nos mais diferentes níveis. De qualquer modo, a ideia é fortalecer o eixo das questões de reivindicação mais concretas para reequilibrar os passos da estratégia a fim de que possamos contribuir para o avanço das mobilizações no interior da categoria.

Coordenação do Núcleo Paraná da ASSIBGE-SN